

**E. P. Thompson visto por Perry Anderson em
Teoría, Política y Historia. Un Debate con E. P. Thompson
Madrid, Siglo XXI, 1985 (1ª edição inglesa, 1980)**

Modesto Florenzano*

Quando Perry Anderson escreve sobre um autor, seja este um historiador, como é o caso de Thompson, seja um filósofo, como, por exemplo, Bobbio, não se pode não admirar e louvar a inteligência, a clareza e a profundidade, com que capta e contextualiza seus pensamentos e a grandeza e equilíbrio com que avalia o mérito e a importância de suas obras. Sabe-se que Bobbio, ao ler o ensaio de Anderson “The affinities of Norberto Bobbio” (*New Left Review*, 170, 1988) não conteve sua admiração e escreveu ao autor uma carta (3/11/1988) especialmente para elogiá-lo por esta virtude (“Carteggio Bobbio-Anderson”, in: G. Bosetti, *Socialismo Liberale*, Unitá, 1989).

No caso de Thompson, o efeito provocado pelo livro de Anderson, que aqui se examina, foi o de reconciliar estes dois notáveis historiadores e militantes da esquerda inglesa, separados por quase duas décadas de agudas divergências e violentas polêmicas. Como revela Anderson no livro, estas tiveram início, respectivamente, com a mudança na direção da *New Left Review*, em 1962 (fundada dois anos antes por Thompson, entre outros) que levou o primeiro à direção da revista e o segundo à sua saída, e com a publicação, em 1965, do ensaio “The Peculiarities of the English”, em que Thompson atacava com violência as posições teóricas e políticas defendidas por Anderson e Nairn e as reinterpretações que ambos ofereciam da história da classe operária inglesa.

Com o aparecimento, em 1978, de *A miséria da teoria* de Thompson, que além de atacar violentamente a Althusser também atacava a direção da *New Left Review*, considerada por ele como a responsável pela difusão do maléfico marxismo althusseriano na Inglaterra, Anderson propôs-se, ao mesmo tempo, defender Althusser (e se defender) dos ataques e fazer um ajuste de contas, fraternal, com Thompson: por um lado, encerrar a polêmica e, por outro, esclarecer as diferenças, as divergências que as motivaram e os mantiveram separados. Não que estas tivessem deixado de existir, mas seu reconhecimento não deveria ser um impeditivo a um eventual diálogo e participação

* Departamento de História da USP.

em causas conjuntas, dentro do terreno comum da esquerda, do socialismo inglês e internacional. E, com efeito, no *Post scriptum* à edição espanhola do livro, Anderson registra com satisfação que

Edward Thompson aceitou o convite para examinar conjuntamente os novos problemas, em um dos ensaios mais transcendentais e essenciais da década de 1980: "Notes on exterminism, the last stage of civilization", publicado na *New Left Review*, 121, maio-junho de 1980 (p. 229).

Mas deixemos de lado aqui as considerações do autor sobre a teoria e a política de Thompson – que se revelam principalmente em seus livros *A miséria da teoria* e em *William Morris. From romantic to revolutionary* (1955 e, edição revista, 1977) – para só considerar as que Anderson tece sobre as suas obras históricas mais importantes e mais conhecidas, inclusive entre nós, *A formação da classe operária inglesa* (1963) e *Senhores e caçadores* (1975).

Começemos com os elogios, pois é com eles que Anderson inicia o livro:

Edward Thompson é hoje nosso melhor escritor socialista na Inglaterra, e possivelmente na Europa. Os que leram *The making of the English working class* ou *Whigs and hunters* sempre as recordarão como grandes obras de literatura. A maravilhosa variedade de timbre e ritmo que, em seus melhores momentos, dominam a escritura – apaixonada e alegre, caústica e delicada, considerada e coloquial – não tem paralelo no seio da esquerda.

Mas não se trata apenas do seu valor literário, pois estas duas obras, juntamente com os demais estudos de Thompson, constituem o produto mais original do *corpus* da historiografia marxista inglesa à qual tantos eruditos de talento contribuíram (p. 1).

Todos os textos de Thompson

têm sido, à sua maneira, tanto uma intervenção militante no presente como uma recuperação profissional do passado... Estas obras de história tem sido também contribuições deliberadas e centrais à teoria: nenhum outro historiador marxista esmerou-se tanto em confrontar e examinar sem insinuações nem circunlóquios as difíceis questões conceituais surgidas em sua investigação (p. 2).

Mas aos elogios seguem-se as críticas. Anderson examina as três teses que sustentam a arquitetura de *The making of the English working class*, a saber: a da *code-terminação* (a tese de que a classe operária inglesa, nas palavras de Thompson, "se fez a si mesma na mesma medida em que foi feita"), a da *consciência*, como pedra angular da noção de classe (a tese de que "a classe se produz quando alguns homens, como resultado de experiências comuns – herdadas ou compartilhadas –, sentem e

articulam a identidade de seus interesses entre eles e contra outros homens cujos interesses são diferentes – e geralmente opostos – aos seus”) e a da inferência de *conclusão* (a tese de que a identidade da classe operária inglesa já se havia completado no começo da década de 1830, não estando mais “em seu processo de formação”).

Sobre a primeira tese, depois de se perguntar se Thompson “*demonstrou* que a classe operária inglesa se fez a si mesma na mesma medida em que foi feita, não em um falso sentido cientificista, mas em termos de um balanço plausível de dados?”, Anderson conclui que

Dada a ausência de um tratamento direto destes moldes massivos dos começos da história da classe operária inglesa, não há como se determinar o papel da autodeterminação coletiva em sua formação. A paridade entre ação e condicionamento afirmada ao princípio fica em pé como um postulado que nunca é realmente comprovado mediante o oportuno espectro de dados empíricos de ambas as caras do processo (p. 42).

E Anderson demonstra quais são os “moldes massivos” que estão ausentes no texto de Thompson: “(1) os setores de vanguarda da Revolução industrial, (2) a configuração rentista e comercial de Londres, (3) o impacto das revoluções francesa e americana, (4) a galvanização do chauvinismo bélico” (p. 42).

No que diz respeito ao item (1), Anderson mostra que além de não se encontrar no livro de Thompson “um dado tão elementar como o da envergadura aproximada da classe operária, ou sua proporção com relação ao resto da população, em nenhum momento de sua “formação”, também não se encontra um tratamento da força de trabalho de setores como

O algodão, o ferro e o carvão que constituem virtualmente a totalidade da primeira fase da industrialização na Inglaterra. [Assim,] É muito difícil avaliar a importância relativa de uma área de experiência subjetiva na classe operária inglesa, dada a ausência de uma base objetiva sobre a qual assentar o modelo da acumulação capitalista em um conjunto durante esses anos (pp. 36 e 38).

Sobre o item (2), afirma que Thompson não considerou como devia

o fato de que Londres era uma capital rentista, comercial, burocrática e dominada pela corte e pela *city* durante o século XIX – de forma mais parecida a Viena ou Madrid, do que a Paris, Berlim ou São Petersburgo – ia ser um grande obstáculo para a gestação de um movimento operário politicamente agressivo na Inglaterra. Uma capital sem indústria pesada contribuiu para apagar no proletariado industrial o instinto do poder (p. 39).

Sobre o item (3):

a comoção produzida conjuntamente pelas revoluções francesa e americana... não encontra em *The making of the English working class* um tratamento proporcional à sua importância histórica real... Apesar de sua importância capital ao longo de duas décadas, o leitor apenas aprende algo sobre as complexas atitudes e os debates que se produziram no radicalismo inglês em torno dos acontecimentos ocorridos na França. Um aparente preconceito metodológico os exclui: ao não poder registrar as revoluções sociais do exterior como atividade autônoma da classe operária inglesa, caem fora da resenha histórica destes anos (p. 40).

E sobre o item (4), considera que Thompson

minimiza a mobilização *nacionalista* de toda a população inglesa levada a cabo pela classe dominante em uma luta tremenda pela supremacia *sobre a França*. De fato não se pode apresentar um panorama completo da cultura popular inglesa posterior a 1815 sem fazer referência à profundidade da captura ideológica da “nação” que, com fins conservadores tem lugar na Inglaterra... O poder do *ancien régime* inglês baseava-se em uma combinação de cultura e coação, tanto antes quanto depois das guerras. A principal arma de seu arsenal ideológico... foi um nacionalismo contrarrevolucionário. Sua importância estrutural, geral e duradoura, era certamente maior que a de fenômenos locais e limitados como o metodismo, por históricas que tivessem sido suas manifestações (as quais Thompson, por certo, dedica um dos capítulos mais inesquecíveis de seu livro)... a Inglaterra foi o primeiro país da Europa em que a nação superou à religião como forma dominante de seu discurso ideológico... Seria difícil advinhar tudo isto a partir de *The making of English working class*, onde não se desenvolve nenhum, ou quase nenhum, dos vínculos ideológicos que subordinavam os produtores primários não já a seus patrões... mas a seus governantes (pp. 40-2).

Sobre a segunda tese, reafirmada de maneira mais taxativa e inequívoca em *A miséria da teoria*, isto é, de que é a consciência de classe o traço distintivo da formação da classe, Anderson considera que

resulta impossível reconciliá-la com o registro dos dados empíricos da história. Com frequência existiram classes cujos membros não “identificaram seus interesses antagônicos” em nenhum processo de clarificação ou de luta... O erro de Thompson é fazer uma generalização abusiva da experiência inglesa que ele estudou: a notável consciência de classe característica da primeira classe operária industrial da história do mundo é projetada universalmente sobre outras classes. O resultado é uma definição de classe demasiado subjetivista e voluntarista, mais próxima de um *partipris* ético-retórico que de uma investigação empírica (pp. 43-4).

A terceira tese do livro de Thompson é a de que a classe operária, inexistente como tal quando começa a década de 1790, está formada na de 1830, quando adquire

uma nova consciência de sua unidade. Mas, Anderson, apoiando-se nos trabalhos de T. Nairn, V. Kiernan e G.S. Jones (pp. 48-50), que mostram que “a característica primordial da história da classe operária do século XIX foi sua *descontinuidade, não sua continuidade*”, pergunta-se “como pôde ter-se ‘formado’ a classe operária na década de 1830 se logo experimentou esta ‘surpreendente transformação’ cujos traços essenciais duraram quase um século?”. Sua resposta é que “a classe operária inglesa não estava ‘formada’ na década de 1830”, nem no sentido sociológico, nem no sentido político. E Anderson conclui:

A classe que Thompson descreve era revolucionária por temperamento e ideologia, mas não era socialista. Depois da metamorfose de meados do século, e quando algumas das suas frações se fizeram socialistas, deixou de ser revolucionária. Nisto radica toda a tragédia da história do trabalhismo inglês até o momento, como a chamou T. Nairn com toda razão (p. 51).

O que se pode dizer das críticas de Anderson a *The making of English working class*? Com certeza, que elas são ao mesmo tempo pertinentes e não pertinentes. Não pertinentes porque o próprio Anderson, elegantemente, reconhece, depois de discutir a primeira tese de Thompson, que, “nenhum livro pode dizer tudo. É razoável pedir algo mais a abundante riqueza exibida com requinte por *The making of English working class*?” (p. 42). Pertinentes porque as críticas demonstram que os temas e teses principais de Thompson não estão livres, ou ao abrigo, de um questionamento seja do ponto de vista empírico, seja teórico. Isto é, que é possível, a partir das mesmas teses de Thompson (codeterminação, consciência e formação de classe), e utilizando ou explorando os mesmos – e também outros – materiais empíricos, chegar, como fez Anderson, a outros resultados. Basta apenas, como é, de fato, o caso, que ambos tenham um entendimento diferente do significado daquelas três importantes categorias marxistas. E, *il va sans dire*, sobre, o próprio marxismo e sobre “moral e estratégia”. Thompson, afirma Anderson, no final do livro, “reconheceu generosamente em uma ocasião que ‘o *quid* da questão’ (entre eles) estava na contraposição entre ‘uma grande ênfase na cultura e uma nova ênfase no poder’” (p. 227).

Passemos à crítica ao outro livro de Thompson, *Whigs and hunters*, e que nos parece plenamente pertinente e digna de ser endossada. De acordo com Anderson,

Thompson demonstra com força e originalidade a brutalidade da repressão legal desatada pelo governo de Walpole pelas menores infrações da propriedade agrária. A maior parte de *Whigs and hunters* é dedicada a expor as origens dos *Black acts* de 1723, quando interesses dos grandes se imiscuiram nos direitos populares e nos costumes tradicionais

dos bosques de Berkshire e Hampshire. A reconstrução destes conflitos silenciados e esquecidos é uma magnífica façanha de recuperação histórica (p. 97).

Mas, Thompson, extrapola: “não baseia seu juízo somente sobre eles: emite um veredito geral sobre a natureza do governo Walpole que ultrapassam os temas concretos estudados no livro” (p. 97), e por outro lado, desenvolve considerações, sobre o papel e a importância do Direito, do que ele chama de “o império da lei”, na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. E o problema, naturalmente, não está na extrapolação em si, isto é, no fato de ter ultrapassado os “temas concretos”, e de desenvolver reflexões sobre o Direito, mas na caracterização e interpretação que faz de ambos.

O “óbvio”, nas palavras de Thompson, “que alguns marxistas modernos passaram por alto, como é a diferença entre o poder arbitrário e o império da lei”, é, para Anderson:

muito menos óbvio do que Thompson parece supor. Pois... alguns dos despotismos mais violentos da história promulgaram e puseram em vigor amplos sistemas legais. Uma tirania pode governar perfeitamente, *de acordo com a lei*: de acordo com suas próprias leis... O que Thompson faz é misturar o caso do Direito inglês do século XVIII, muito específico – e raro – do ponto de vista histórico, com o do Direito em geral. A própria expressão “o império da lei”, um arquetípico modismo insular, fala por si só. Porque a ‘lei’ nunca ‘imperar’: imaginar o contrário seria coisificar as relações sociais em uma falácia formalista clássica (p. 218).

Mas é, principalmente, o veredito de Thompson, negativo e subjetivo, sobre Walpole e o poder whig, na primeira metade do século XVIII, que não pode ser aceito, pois não encontra sustentação nem nos fatos, nem na historiografia. Walpole é descrito por Thompson como “o menos simpático dos chefes de governo da Inglaterra”. No prefácio de *Whig and hunters*, informa que não sabe em absoluto quem se beneficiou de sua administração “fora do círculo pessoal de Walpole”. E contrapõe este governo “aos escritores de mais talento, fugindo desta classe de políticos whig, (e que) se refugiaram quase todos no humanismo tory”. À figura, antipática e negativa de Walpole, “o mais corrupto e oportunista” dos governantes whig, Thompson opõe a figura positiva e simpática do seu contemporâneo e adversário, o “humanista tory”, publicista e escritor, Jonathan Swift: através dos séculos “apertamos a mão de Swift”, afirma em *A miséria da teoria*. Tão intensa e incontrolável é a fúria de Thompson contra o poder whig da primeira metade do século XVIII, cuja crueldade e corrupção vê como sem paralelo, que chega ao ponto de, em outro escrito (*Eighteenth-century English society*), qualificar a Inglaterra da época de “república bananeira”.

Mas para Anderson “faltam provas de um incremento real da crueldade da classe dominante já que Thompson não oferece cifras acerca da aplicação global dos decretos sobre a pena capital ao final do século XVII e princípios do XVIII”. E nota que:

Esta omissão é tanto mais surpreendente pelo fato de que seu colega Douglas Hay oferece as cifras e chega a conclusões muito interessantes sobre o mesmo tema... A hipótese que obviamente tudo isto sugere – e é estranho que Thompson não a examine em *Whigs and hunters* – é que a legislação dos *Black acts* e outras leis similares deveria ser considerada mais como uma parte deste ‘teatro’ estilizado da hegemonia de classe que ele analisa de forma tão imaginativa em outro lugar (*Patrician society, plebeian culture*), uma exibição legislativa destinada a impressionar e intimidar, do que um instrumento executivo de castigo cotidiano. Como quer que se olhe, é evidente que nos anais do governo de Walpole não há nenhum episódio comparável às matanças e deportações massivas realizadas pela *gentry* e os oficiais puritanos da *Commonwealth* na Irlanda em meados do século XVII. Sem levar em conta o que veio depois... (pp. 98-9)

Sobre, nas palavras de Thompson, o “cinismo religioso unido à subordinação da Igreja aos interesses de uma facção”, que teria “deixado doente ao arcebispo Laud”, Anderson se pergunta:

Era o fanatismo, ainda muito estendido no século anterior, preferível ao ceticismo? Não contribuiu a secularização da Igreja estabelecida para a emancipação cultural e intelectual? O governo *whig* da década de 1720 favoreceu a tolerância religiosa, um dos grandes feitos da humanidade, enquanto que o ‘humanismo’ *tory* representava a volta do fanatismo e da desumanidade (p. 99).

Anderson também se pergunta se se pode considerar exata a descrição thompsoniana do governo dos *whigs* hanoverianos que não beneficiava a ninguém “fora do círculo pessoal de Walpole”, ou, como Thompson, define em outro lugar (*Eighteenth-century English society*), o Estado inglês da época: “não era tanto o órgão efetivo de uma classe determinada mas um parasita no lombo deste mesma classe (a *gentry*) que havia triunfado em 1688”. Sua resposta é “seguramente não” (p. 103). Para Anderson, qualificar, como faz Thompson, os regimes *whigs* da época como “simples montagens parasitárias é substituir as categorias da análise materialista pelos impropérios dos *pasquins tory*”. Pois,

o Estado inglês serviu aos interesses do bloco agrário e mercantil dominante, e serviu-os extremamente bem. Na década de 1760 chegavam ao país colossais riquezas procedentes do tributo colonial de um império que eclipsava a todos os demais. No interior, o mesmo regime deu mostras de sua extraordinária *correspondência* de classe às necessidades dos magnatas e da *gentry* por sua estabilidade. Nenhuma outra ordem política iguala este

recorde na moderna história britânica: meio século de um tranqüilo monopólio de partido, seguido por outro meio século de alternância de partidos dentro de uma mesma estrutura praticamente inalterada (pp. 101-2).

Para demonstrar que o julgamento de Thompson sobre Walpole é completamente equivocado, Anderson cita a frase do historiador J. H. Plumb, conhecido especialista em Walpole e Inglaterra do século XVIII: “Quanto mais conheço este grande homem mais cresce minha admiração por ele” (p. 103). De acordo com Anderson: “Walpole não merece nem os ataques de Thompson nem o entusiasmo de Plumb”. E sobre Swift, “a mão que Thompson queria que apertássemos”, Anderson lembra que:

[Swift] levantou-se com ódio e cólera contra os dissidentes, os homens da *Commonwealth*, os estrangeiros, as mulheres, antigos amigos pessoais e inimigos públicos. Suas polêmicas foram indiferentes à verdade. A intolerância política e religiosa, a xenofobia e a misoginia desequilibram a obra de Swift em seu conjunto (p. 105).

E mais à frente prossegue:

A posteridade não tem razões para lamentar que a Inglaterra tenha sido governada por Walpole no espírito de Defoe, em lugar de ser governada por Bolingbroke segundo os ditados de Swift (p. 107).

Para Anderson,

O recurso latente ‘ao humanismo *tory*’ como critério válido para julgar o governo Walpole é uma séria debilidade de *Whigs and hunters* que conduz às vezes a uma reprodução acrítica da polêmica contemporânea e não a uma formulação dos conceitos históricos baseada no conhecimento moderno – entre cujos recursos se incluem não apenas dados desconhecidos para qualquer dos atores da época, mas também documentos de épocas posteriores – vale dizer, a *direção* do tempo (p. 109).

A crítica do marxista Anderson à esta interpretação de Thompson também foi feita pelo historiador liberal L. Stone que considera *Whigs and hunters*:

um exemplo de revisionismo à *outrance*, um desafio a um dos dogmas mais sólidos dos últimos decênios, que vê em Walpole o arquiteto da estabilidade política, da prosperidade, do domínio da lei, da liberdade política para as camadas proprietárias: de tudo aquilo, em suma, que fez da Inglaterra a inveja do mundo civil contemporâneo (p. 194).

Para Stone:

Do paradigma de Thompson, em conclusão, permanecem em pé somente dois elementos: em primeiro lugar o fato, não propriamente surpreendente, que o direito penal – mas não o civil – foi verdadeiramente, em última análise, um instrumento usado pela elite para proteger a vida e as propriedades suas e alheias recorrendo ao terror seletivo. Mas serviu alguma vez para outra coisa, o direito penal? Em segundo lugar, existia indubitavelmente uma “economia moral da multidão” que inspirava os tumultos pelo pão, os encarcerados por dívidas e certos outros grupos de caráter local para os quais a lei não coincidia com a justiça natural. Mas nem mesmo esta pode ser considerada uma grande novidade (p. 198, *Viaggio nella Storia*, Laterza, 1987)

Mas reitere-se, como conclusão, que se a crítica de Anderson a Thompson – ao contrário da de Stone (cheia de veneno, pois o que diz – *entrelinhas* – é que da interpretação thompsoniana do século XVIII inglês só ficou de pé o que não era original dele!) – em nenhum momento deixa de ser implacável, também em nenhum momento perde a generosidade e a admiração, o reconhecimento da excelência e da grandeza da obra, a um só tempo histórica e política, de Thompson.